

**Governo da Região Administrativa Especial de Macau**  
**Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2008**  
**Apresentação da Área do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura**  
**Dr. Chui Sai On, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura**  
**28 de Novembro de 2007**

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Legislativa e

Exmos. Senhores Deputados:

Hoje, em primeiro lugar, gostaria de fazer uma breve apresentação e um balanço das actividades desenvolvidas no ano de 2007 na área dos assuntos sociais e cultura, as quais serão expostas sob quatro vertentes:

**1. Integração dos recursos de saúde e promoção da vida saudável**

Sendo Macau uma cidade turística, com alta densidade populacional e um crescente movimento de visitantes e, em simultâneo, uma importante porta de acesso ao Interior da China, o Governo da RAEM, no intuito de salvaguardar a saúde dos residentes, adoptou, no ano transacto, diversas medidas que incluem, nomeadamente, a realização de exames médicos específicos, o reforço da vacinação e da vigilância de doenças, e, cumprindo de forma rigorosa as exigências do Regulamento Sanitário Internacional (2005) e no quadro das “Estratégias para as novas doenças da Ásia e do Pacífico”, da Organização Mundial de Saúde, definiu a saúde pública como um objectivo de desenvolvimento a médio e a longo prazo no âmbito da saúde de Macau.

No tocante ao trabalho de prevenção das doenças, as entidades de saúde da RAEM

empenharam-se no reforço do mecanismo de contingência aos incidentes de saúde pública, na estrita observância das orientações para a pandemia de gripe e na adoção das estratégias delineadas pela Organização Mundial de Saúde e, através da colaboração inter-serviços, asseguraram os trabalhos preparativos de vigilância, de reserva de vacinas e medicamentos antivirais, de tratamento e de impedimento da propagação de doenças. A ocorrência nas regiões vizinhas, de casos de infecção de aves e seres humanos pela gripe das aves, desencadeou, de imediato, a adoção de medidas de prevenção e, periodicamente, realizaram-se simulacros com a participação do Interior da China e de Hong Kong, no âmbito da prevenção e controlo das doenças transmissíveis.

Nos últimos sete anos, o número de consultas de especialidade registado no Centro Hospitalar Conde de São Januário aumentou setenta e quatro por cento, o número de atendimentos na Urgência sofreu um acréscimo de quarenta e seis por cento e o número de internamentos conheceu um aumento de vinte e oito por cento. O número de consultas externas nos diversos Centros de Saúde tem-se mantido estável nestes anos, cifrando-se, em média, em quatrocentos e vinte mil utentes por ano. Face à procura crescente dos serviços públicos de saúde, as obras de ampliação e construção das instalações médicas, do Edifício do Serviço de Urgência e do Edifício das Doenças Transmissíveis, estão aceleradas, e a capacidade e o mecanismo de resposta do hospital público face à ocorrência de catástrofes também têm sido submetidos a uma avaliação geral. A par disso, aumentou-se o recrutamento de médicos de diferentes especialidades, reforçou-se a formação contínua de profissionais de saúde locais, introduziram-se os padrões de segurança na prestação de cuidados de saúde das organizações de avaliação das entidades médicas internacionais, disponibilizaram-se os serviços de consulta externa de medicina tradicional chinesa, de acupunctura e “moxibustão”, assim como de terapia intensiva de diabetes e, concomitantemente, realizou-se o aperfeiçoamento do sistema informático de vigilância de doenças e dos sintomas. Face ao rápido desenvolvimento económico e de novas zonas urbanas, no intuito de melhorar plenamente a prestação de cuidados de saúde primários, o Governo da RAEM iniciou a reestruturação dos Centros de Saúde, introduziu novos

serviços, nomeadamente, de saúde psicológica, e ampliou os cuidados de saúde prestados aos cidadãos seniores, de forma a satisfazer a procura de cuidados de saúde modernos.

Os recursos médicos comunitários, após serem activamente desenvolvidos e aplicados, contribuíram, de forma gradual, para a complementaridade dos recursos e o alargamento da rede de cuidados de saúde, designadamente, nas vertentes de diversas especialidades médicas, reabilitação comunitária e visitas domiciliárias. A par disso, os apoios sistemáticos, destinados à formação e ao aperfeiçoamento dos profissionais de saúde particulares, permitiram elevar a qualidade médica em geral de Macau, e criar as condições para uma colaboração futura ainda maior. Têm-se, também, desenvolvido, de forma ordenada, outros trabalhos relacionados com a reforma do sistema de saúde, o enquadramento legal e com a construção de uma cidade saudável.

## **2. Conjugar todos os esforços para construir uma comunidade harmoniosa**

Construir famílias e uma comunidade harmoniosas e desenvolver a rede de segurança da acção social para apoiar plenamente as classes mais desfavorecidas foram pontos-chave da acção social deste ano. O aumento dos subsídios para as famílias em situação de carência económica, a atribuição do apoio especial de vida e a melhoria do atendimento e encaminhamento para serviços diversificados dos centros da acção social, foram medidas que contribuíram para aliviar a pressão económica dessas famílias e estimularam a sua responsabilidade pela vida e a sua participação na sociedade. A cooperação com as instituições populares permitiu a mobilização de todos os recursos e forças comunitários, a criação de uma cultura comunitária de auxílio e estima mútuos e a prestação de diversos apoios a indivíduos ou a agregados familiares necessitados. Foram adoptadas as medidas adequadas para enfrentar o jogo problemático e o risco no período de crescimento dos jovens, através de actividades de educação e divulgação e do “Projecto de Serviços Comunitários para os Trabalhadores do Sector do Jogo”, que visam reforçar a prevenção e o aconselhamento profissional para as pessoas afectadas pelo jogo problemático. Com a melhoria dos serviços de apoio comunitário e em harmonia com a entrada em vigor do

Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores, concretizou-se o Projecto Experimental do Serviço de Acolhimento Familiar. Criou-se a Comissão para os Assuntos do Cidadão Sénior e iniciaram-se o processo de avaliação central dos serviços de apoio aos cidadãos seniores e o mecanismo centralizado de encaminhamento daqueles cidadãos além de se terem aumentado os equipamentos para a sua aprendizagem contínua. Além disso, continuou-se a prestar, a pessoas portadoras de deficiência, o serviço de reabilitação e empregabilidade sob o princípio de “alcançar o objectivo” e também a estudar a definição de “deficiência”. Entrou já em funcionamento a Equipa do Serviço de Apoio à Reabilitação Mental Comunitária que tem como objectivo ajudar os doentes mentais recuperados na reinserção social. No âmbito da prevenção da toxicoddependência, aplicaram-se medidas dualistas para a prevenção e tratamento. De uma maneira geral, graças ao apoio e à participação comum das instituições particulares, a qualidade profissional dos serviços da acção social tem sido constantemente elevada sendo cada vez mais notáveis os efeitos gerais.

### **3. Aprofundar os trabalhos da educação e promover o desenvolvimento integral**

O Governo da RAEM, tendo como objectivo fundamental “elevar a qualidade educativa e promover o desenvolvimento integral”, acelerou, este ano, a implementação das disposições da Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior e criou o Fundo de Desenvolvimento Educativo, além de concretizar, globalmente, os 15 anos de escolaridade gratuita e o novo regime escolar, tendo também dado prioridade à elaboração e/ou à revisão de diplomas legais como, por exemplo, o do “quadro geral do regime do pessoal docente das escolas particulares”.

Nos últimos anos, em resposta às necessidades do desenvolvimento do Ensino Não Superior e graças à melhoria da situação financeira, o Governo da RAEM aumentou constantemente o investimento na Educação. Nos últimos sete anos, o Governo, aumentou, em 78%, o montante dos subsídios concedidos às instituições educativas particulares sem fins lucrativos, ao pessoal docente e aos alunos, atingindo, em 2006, a verba atribuída o

valor de novecentas e setenta milhões de patacas, além de antecipar, a partir deste ano lectivo, a implementação total de 15 anos de escolaridade gratuita. Para além de aumentar o montante dos subsídios, diminuiu, ainda mais, através da concessão de subsídios, o número de alunos por turma, criando assim condições para o ensino em turma reduzida. No presente ano lectivo de 2007/2008, o montante do subsídio por turma para o ensino infantil e primário é de quatrocentas mil patacas; para o ensino secundário geral é de seiscentas mil patacas; e para o ensino secundário complementar, setecentas mil patacas. A partir deste ano lectivo, os números máximo e mínimo de alunos por turma do 1º ano do ensino infantil passam, respectivamente, para os 35 e 25. Estes limites abrangerão, nos anos seguintes, mais um ano de escolaridade. Para além disso, o Governo, continuou a conceder subsídio de propinas aos alunos que frequentam as escolas não integradas no sistema da escolaridade gratuita, cujo âmbito de financiamento e montante registaram um aumento constante. No ano lectivo passado o subsídio já abrangeu todo o ensino não superior e este ano lectivo o montante do subsídio continuou a aumentar, sendo de sete mil patacas/ano por cada aluno dos ensinos infantil e primário, e de nove mil patacas por aluno para o ensino secundário. Para além disso, a fim de assegurar que os alunos não abandonam a escola devido a carências económicas das respectivas famílias, o montante máximo do apoio pecuniário para a propina é, actualmente, de nove mil patacas, enquanto o subsídio máximo para a aquisição de materiais escolares é de mil e seiscentas patacas. Pode-se, assim, satisfazer, basicamente, as famílias com dificuldades económicas no pagamento das propinas e nas despesas com os materiais escolares.

O Governo lançou o “Plano de Financiamento de Optimização dos Rácios Turma/Professor e Professor/Aluno” destinado às escolas particulares sem fins lucrativos de Macau. Este plano, posto em prática, no ano passado no ensino infantil, produziu bons efeitos e neste ano lectivo estendeu-se ao ensino primário, contando, actualmente, com a participação de 66 unidades escolares. Isso será mais um passo essencial dado para o ensino de boa qualidade. O Governo continuou a apoiar as escolas na pesquisa da diversificação da metodologia pedagógica de maneira a “estimular o pensamento dos alunos e incrementar o

seu interesse pela aprendizagem. A educação moral e cívica, como uma parte integrante e importante do ensino não superior, tem sido, nos últimos anos, uma prioridade nas LAG, pelo que, o Governo da RAEM, tem dado apoios às escolas para a sua concretização nas seguintes áreas: curricular, material didáctico, recursos educativos, formação de docentes e organização das actividades respectivas.

Preparar uma nova geração de boa qualidade é uma necessidade urgente para o futuro desenvolvimento de Macau. Portanto, o Governo da RAEM tem encorajado mais jovens a ingressarem no ensino superior através do regime de concessão de bolsas de estudo e de mérito. Continuou, ainda, a criar condições para elevar a qualidade pedagógica das instituições de ensino superior, a apoiar a criação de novos cursos de acordo com o desenvolvimento social, e a introduzir, de forma apropriada, cursos de alta qualidade de instituições de ensino superior do exterior. Entretanto, intensificou-se a formação profissional e em línguas estrangeiras dos estudantes, abriram-se cursos de ensino filosófico e de cultura geral, além de se promover a educação humanista e de se apoiar as instituições de ensino superior no desenvolvimento da investigação científica e na diversificação das actividades estudantis.

Em relação à preparação do desenvolvimento integral dos jovens, após dois anos de planeamento, tomando em consideração as sugestões da ONU, definimos, na “área nuclear” e na “área de alargamento” daquele plano, 15 rumos de trabalho, a fim de construir uma rede de actividades para os jovens tendo em conta vários aspectos como sejam: a educação, o emprego, a saúde, o relacionamento entre gerações, o ambiente, a participação social, as actividades dos tempos livres, a informática e a comunicação, o jogo e os desvios comportamentais. Nesse sentido, constituiu-se um grupo de trabalho e criou-se no seio do Conselho de Juventude uma comissão responsável pela auscultação.

O Governo da RAEM continuou a empenhar-se, através da implementação de políticas

adequadas, na concessão de apoios financeiros e na formação de docentes, a incentivar o desenvolvimento da educação contínua, incluindo o desenvolvimento do ensino recorrente, educação comunitária e outras actividades educativas e acções formativas fora da educação regular, com o fim de tornar Macau numa “cidade de aprendizagem” e aumentar a sua competitividade futura.

#### **4. Criar uma vida de qualidade e construir uma sociedade humanística**

Com vista a elevar a qualidade de vida geral dos cidadãos e construir uma sociedade humanística, o Governo da RAEM tem-se empenhado em satisfazer as crescentes necessidades espirituais e culturais dos cidadãos.

Ao longo dos anos, o Governo tem intensificado a divulgação da educação artística. Além da introdução de grandes espectáculos culturais e de exposições a nível internacional, realiza anualmente o Concurso para Jovens Músicos de Macau, a Colónia de Férias Musical para Jovens de Macau, bem como concertos escolares pelas Orquestras de Macau e Orquestra Chinesa de Macau nos estabelecimentos de ensino primário, secundário e superior, para além de numerosas palestras e *workshops*. No que diz respeito à formação de jovens com grande potencial, verificou-se um aumento substancial no número de talentos locais que frequentaram cursos especializados ou de licenciatura em artes com o apoio do Governo, cujo valor pecuniário também foi aumentado. Relativamente aos licenciados que regressaram a Macau, foi dada preferência à sua contratação pelo Governo, incentivando-os assim a dedicar-se à sua especialidade e a contribuir para o desenvolvimento cultural e artístico de Macau.

No ano transacto, registou-se uma grande melhoria nas instalações e na prestação de serviços culturais do território de Macau. Para responder às necessidades da população no que respeita aos serviços bibliotecários, aumentou-se a aquisição de livros, melhorou-se o espaço de leitura, prolongou-se o horário de abertura, desenvolveu-se uma variada gama de

serviços e reforçou-se a coordenação tendo em conta as características da colecção de cada biblioteca. Apoiou-se e incentivou-se a realização de investigação científica, sobretudo nos estudos sobre a cultura local. Muitos resultados foram divulgados através da edição de livros e da realização de conferências e palestras. Quanto à conservação do património cultural, foram levados a efeito, de modo continuado, o restauro dos edifícios classificados que se encontram dentro do Centro Histórico de Macau e a investigação histórico-cultural sobre os mesmos. Houve também progressos na protecção do património cultural intangível de Macau.

O Governo efectuou estudos sobre as estratégias de desenvolvimento das indústrias culturais em múltiplas áreas. Nesse sentido, procurou conhecer a conjuntura e a experiência de desenvolvimento das indústrias culturais de outros países e regiões através da realização de conferências e palestras com a participação de especialistas, de inquéritos de teor social e de visitas de familiarização. Um relatório de estudo estratégico bastante completo será elaborado até ao fim do ano.

Durante os primeiros 10 meses do corrente ano, a RAEM recebeu cerca de 21.9 milhões de visitantes, o que representou um crescimento de 22.6% quando comparado com o mesmo período do ano passado.

Com a entrada em funcionamento das novas instalações turísticas de grande dimensão, o Governo promoveu a integração, no conjunto dos recursos turístico-culturais originais da RAEM, dos novos elementos alcançados pelo sector turístico em suas actividades recentemente desenvolvidas. A campanha promocional do Turismo foi galardoada pela PATA (Pacific Asia Travel Association) com o Grande Prémio da Categoria do Património Cultural o que representou o reconhecimento pelos esforços na divulgação do estatuto de Macau enquanto Património Mundial da Humanidade. No que se refere às garantias dos interesses legítimos dos turistas, com o apoio da Administração Nacional do Turismo

(CNTA) e com a colaboração do sector turístico local, foram reforçados os mecanismos de gestão da actividade, promovendo ainda mais a confiança nos visitantes. Também se dirigiram esforços na sensibilização da sociedade civil, nomeadamente das camadas jovens, no sentido de melhorar os conhecimentos sobre o Turismo e a Cultura, e assegurar boa qualidade nos serviços prestados aos visitantes, através de uma série de medidas de formação.

No sentido de elevar os padrões de qualidade de vida mental em Macau, e melhorar a saúde da população local, o Governo da RAEM, prosseguindo a política de “Reforçar a Saúde da População pelo Desporto”, promoveu a generalização da prática desportiva através do aumento das infra-estruturas. Com o acréscimo registado, ano a ano, do número de participantes, de diferentes faixas etárias, em actividades desportivas e face à crescente subida da taxa de utilização das instalações desportivas, sabe-se que cada vez mais cidadãos aderem à prática desportiva. Por outro lado, o Governo continuou a dar particular atenção à formação de jovens atletas tendo, para o efeito, sido criadas escolas de futebol, de ténis, de ténis de mesa e de *wushu*. Além disso, houve um investimento na integração social, através de actividades desportivas, de atletas e praticantes portadores de deficiências.

A experiência adquirida na organização dos eventos desportivos internacionais, em anos anteriores, e o enorme apoio da população, levaram, no corrente ano, ao sucesso da 2.<sup>a</sup> Edição dos Jogos Asiáticos em Recinto Coberto, consolidando ainda mais a posição de Macau no desporto asiático e internacional e aumentando significativamente o seu prestígio.

Exm<sup>a</sup>. Senhora Presidente e

Exm<sup>as</sup>. Senhoras e Senhores Deputados:

Face à mudança do ambiente interno e externo de Macau e ao bom ritmo do desenvolvimento económico registado no último ano, constata-se uma crescente exigência,

por parte da população, em partilhar o fruto de desenvolvimento. Entretanto, as linhas de acção governativa devem ser reajustadas em consonância com o ritmo do desenvolvimento da sociedade de Macau, a fim de responder rapidamente às necessidades da população. Seguindo os objectivos espelhados nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 2008, estão definidas as principais linhas orientadoras e as respectivas medidas concretas para o próximo ano, que gostaria de apresentar para a apreciação de V. Ex.as.

### **1. Elevação do nível de saúde dos cidadãos através de um sistema de saúde completo**

No próximo ano, continuar-se-á a tomar como meta de trabalho a implementação de “cuidados de saúde seguros” e dos 124 itens referentes aos padrões de segurança na prestação de cuidados de saúde usados pelas organizações internacionais de avaliação e vigilância das entidades médicas, por forma a assegurar a qualidade dos serviços médicos e a aumentar a confiança dos utentes. O actual desenvolvimento urbano aumenta o risco potencial de ocorrência de incidentes súbitos, pelo que se irá estudar a aquisição de aparelhos de socorrismo portáteis, bem como a elaboração de programas de contingência de socorrismo em determinadas circunstâncias.

De acordo com os resultados do estudo sobre a saúde da população de Macau, o Governo da RAEM irá disponibilizar mais recursos para desenvolver novos serviços médicos, nomeadamente, no reforço da prevenção, dos exames de despistagem e de tratamento das principais doenças mortais em Macau, inclusive o cancro, doenças do sistema circulatório e respiratório, além de desenvolver um estudo epidemiológico do cancro em Macau.

Com mais de um ano de preparação, implementar-se-á no próximo ano, a primeira fase referente ao “Sistema digital de arquivo e emissão de filmes imagiológicos médicos”. Este sistema não só possibilitará a obtenção de informações oportunas favoráveis ao diagnóstico

médico mais correcto, como também permitirá ganhar tempo, factor importante para o tratamento. O sistema permite, ainda, a partilha de informações médicas das regiões vizinhas e de outros países com vista a elevar a prática médica local. Ir-se-ão ainda aperfeiçoar o sistema electrónico de vigilância de doenças e sintomas, criar Gabinetes de Saúde nas fronteiras, ampliar a cooperação na área de saúde pública no Grande Delta do Rio das Pérolas, construir um laboratório e respectivas instalações para a Equipa para o Controlo de Vectores e estabelecer o Centro de Prevenção e Informação sobre HIV/SIDA.

Ir-se-á reforçar a prevenção e o controlo das doenças transmissíveis graves e dar especial atenção à sensibilização e vigilância dos grupos de alto risco como sejam os portadores de *SIDA* e de tuberculose. Face ao aumento do número dos trabalhadores não residentes, serão consideradas e tomadas as medidas de gestão da sua saúde. O Governo alargará a cooperação com as instituições de saúde privadas e não lucrativas no âmbito da terapia, da despistagem do cancro do colo uterino, da prevenção e detecção precoce de tumores e de serviços psiquiátricos comunitários. Com base nas experiências obtidas, ir-se-á continuar a mobilizar os esforços comunitários na organização de diversas actividades públicas, promover os estilos de vida saudáveis, construir uma comunidade sem tabaco e intensificar a vigilância da segurança alimentar. Os serviços competentes irão prestar atenção à evolução do mercado privado, a fim de assegurar o seu desenvolvimento estável e saudável.

## **2. Reforçar a construção do bem-estar da população e construir uma comunidade harmoniosa e de entendimento**

No próximo ano, continuarão a ser os pontos-chave da acção social o apoio às camadas sociais em situação vulnerável e a construção de famílias e comunidades harmoniosas. Além de disponibilizar mais recursos e otimizar os serviços existentes, o Governo decidiu aumentar o índice mínimo de manutenção da vida na ordem de 20% e efectivá-lo a partir de 1 de Janeiro do próximo ano. Em simultâneo, continuará a prestar apoio especial aos três tipos de famílias economicamente vulneráveis e conceder-lhes o subsídio especial de vida

duas vezes por ano no sentido de assegurar as suas necessidades.

Face à acelerada mudança económica e à complexidade resultante do desenvolvimento social, é imprescindível para construir uma sociedade harmoniosa, uma equipa profissional e estável que seja capaz de prestar os diversos serviços sociais. Assim, o Governo da RAEM vai esforçar-se, por um lado, por manter a equipa de serviços sociais actual e por outro por promover o seu desenvolvimento profissional. Aumentará o montante dos subsídios regulares destinados às associações de solidariedade social que têm desempenhado um papel activo e alargará, de forma adequada, o âmbito das associações abrangidas. A par disso, a partir do próximo ano, os equipamentos sociais e os serviços subsidiados irão beneficiar de um aumento de 20% dos subsídios regulares. Em simultâneo, será lançada, em 2009, uma proposta que visa melhorar, em geral, o regime de subsídio, para que haja mais equidade e transparência, e atingir os objectivos políticos de promoção da profissionalização dos trabalhadores da área e melhorar a qualidade dos serviços. No tocante à promoção da profissionalização das equipas dos serviços sociais, ir-se-á estudar a criação de um fundo de valorização profissional no sentido de apoiar o aperfeiçoamento dos trabalhadores da acção social e subsidiar a abertura de cursos pelas instituições de formação profissional. Ir-se-á, no próximo ano, estudar a introdução do regime de orientação dos trabalhos a desenvolver pelos trabalhadores nas instituições da acção social e iniciar um estudo temático sobre o desenvolvimento do regime de profissionalização dos assistentes sociais.

Relativamente aos problemas e crises que os indivíduos ou as famílias estão a enfrentar no processo de transformação social, os serviços de apoio familiar prestados pelo Governo têm por objectivo a elevação da sua auto-estima e auto-confiança e o aumento da sua capacidade de resolução de problemas. A par disso, através da prestação de diversos apoios específicos em diversas áreas incluindo: adaptação à sociedade, emprego, casamento, relação entre pais e filhos, desenvolvimento dos jovens bem como a generalização do conceito da vida familiar saudável, procurar-se-á promover a harmonia familiar e a

solidariedade comunitária, por forma a desenvolver a função positiva da educação. Além disso, ir-se-á reforçar, ainda mais, as acções educativas que visam prevenir o jogo problemático e intensificar o aconselhamento adequado, de modo a ajudar a banir situações difíceis.

Sob a égide de “Acompanhar os pequeninos para evitar o desvio de comportamento e ter uma vida brilhante”, iremos dedicar especial atenção aos jovens e adolescentes que abandonaram a família e a escola. Através de diversos serviços que incluem o acompanhamento externo, a prevenção e o tratamento da toxicodependência, o planeamento do projecto de vida e o apoio a famílias em crise, ajudaremos os jovens e adolescentes desorientados a ultrapassarem as barreiras e a criar condições para que os mesmos possam afastar-se de diversas tentações sociais. Tomando em conta as experiências obtidas nas regiões onde estão criados os melhores sistemas de cuidados a crianças nos lares, ir-se-á criar um sistema que favoreça a reintegração dos utentes na família.

Continuando a política de “Prestação de cuidados pela família e manutenção dos idosos no domicílio” e tendo em conta as necessidades reais, serão reforçados os apoios aos cuidadores dos cidadãos seniores e serão planeados os serviços de acolhimento temporário nos lares de cidadãos seniores dotados de condições para o efeito por forma a proporcionar aos cuidadores dos idosos oportunidades de alívio das pressões e de descanso. Ir-se-ão iniciar os trabalhos preparatórios para disponibilizar os serviços de apoio urgente de 24 horas que visam assistir os cidadãos seniores isolados e outros indivíduos necessitados no caso de haver incidentes e acidentes.

Para definir a “deficiência” e elaborar o respectivo sistema de avaliação, os grupos de trabalho criados para o efeito, os representantes dos respectivos serviços, peritos e académicos colaboram no sentido de desenvolver os trabalhos preparatórios. Os resultados irão servir de fundamentos para as pessoas portadoras de deficiência poderem gozar os

respectivos serviços públicos e benefícios. Além disso, ao mesmo tempo que nos empenhamos em ajudar as pessoas portadoras de deficiência a arranjam empregos e rendimentos, iremos aumentar, através da vida comunitária, as relações sociais e a estrutura social, o grau de tolerância e de aceitação da sociedade, para que as pessoas portadoras de deficiência e as suas famílias possam granjear mais apoios comunitários.

Relativamente ao problema do abuso de drogas por parte dos jovens e adolescentes, ir-se-á estudar, com base nos actuais trabalhos de prevenção e tratamento, a elaboração de medidas de avaliação dos toxicodependentes, e criar o mecanismo de intervenção e de encaminhamento inter-serviços de modo a melhorar a eficácia dos serviços.

### **3. Ter a educação como base e a educação moral como prioridade para o desenvolvimento integral de qualidades dos cidadãos**

A educação de boa qualidade depende de um plano global a longo prazo e de um conjunto de medidas sistemáticas. Em relação à melhoria contínua do sistema educativo, o Governo da RAEM continuará a acompanhar a elaboração e a revisão dos respectivos diplomas legais e realizará a auscultação ampla dos diversos sectores sociais, sobretudo do sector educativo, para que o sistema educativo da RAEM se adeque ao desenvolvimento diversificado e globalizado e responda às diversas necessidades de Macau, nomeadamente em termos económicos, sociais e culturais. Com base na generalização da escolaridade gratuita e em estreita articulação com as escolas e com os professores, o Governo irá aumentar o investimento na educação para melhorar a qualidade educativa, assegurando que os alunos possam gozar de uma educação global e de melhor qualidade e também o sucesso na aprendizagem. Os trabalhos dos serviços educativos devem articular-se com o funcionamento das escolas e com os trabalhos dos docentes, a fim de chegar a um entendimento comum no sentido de “criar escolas de melhor qualidade” e elevar sucessivamente o nível educativo de Macau.

No próximo ano, para desenvolver a função do Fundo de Desenvolvimento Educativo iniciar-se-ão o planeamento dos espaços desportivos, o desenvolvimento sistemático das escolas, o estudo sobre a optimização do ambiente pedagógico das escolas e regular-se-á, a admissão de alunos adequada à dimensão das escolas. Será negociada com as escolas a viabilidade da construção dos estabelecimentos escolares nos termos de novos critérios. Algumas escolas serão ajudadas, de acordo com as suas necessidades específicas, a melhorarem as suas instalações e o ambiente escolar.

Tendo a Educação Moral como prioridade e aproveitando os efeitos pluralistas e interactivos entre o governo, as escolas, as famílias e a sociedade, organizam-se diversas actividades de educação moral adequadas aos jovens e crianças, por forma a cultivar nestes uma boa filosofia comportamental e de valores, assim como a sua responsabilidade. O governo da RAEM vai assegurar também o desenvolvimento coordenado dos diversos ensinamentos, otimizar o ensino recorrente e a educação comunitária e empenhar-se no ensino técnico profissional do ensino secundário complementar a fim de disponibilizar mais opções ao desenvolvimento dos jovens.

Desde a criação da RAEM, o Governo tem estado atento ao papel a desempenhar pelos professores na reforma educativa. Os Serviços competentes, as escolas e entidades envolvidas vão envidar esforços conjuntos para promover plenamente a elaboração do diploma legal do Regime do Pessoal Docente que consagrará claramente os direitos, os deveres e a especificidade dos trabalhos dos professores, bem como a respectiva remuneração e volume de trabalho razoáveis, ao mesmo tempo que os incentivará a elevar, constantemente, a sua própria auto-avaliação, o espírito de missão e a qualidade profissional. O Governo irá adoptar diversas medidas eficazes para reduzir o encargo dos professores e valorizar o seu estatuto social.

Na área do ensino superior, o Governo da RAEM, para corresponder ao concertado

desenvolvimento económico e social, empenhar-se-á em formar pessoal altamente qualificado que conheça bem a situação local, tenha uma visão internacional e técnicas profissionais. O Governo da RAEM vai também promover, através da criação de melhores condições, a elevação do nível pedagógico e de investigação científica das instituições de ensino superior locais e a diversificação dos cursos, no sentido de contribuir para o desenvolvimento sustentável de Macau.

#### **4. Fomentar o desenvolvimento cultural harmonioso e dinamizar o desenvolvimento da sociedade**

O reforço do desenvolvimento cultural e o aumento da qualidade civilizacional de toda a população terão um significado ainda maior na nova conjuntura do desenvolvimento económico e social.

O Governo fará da cultura um meio importante para a criação de uma vida em harmonia. Empenhar-se-á na realização de acções culturais de interesse público, na construção de mais instalações culturais e na diversificação dos serviços culturais prestados ao público, de modo a criar condições para a edificação de uma sociedade humanística e a incrementação da formação cultural da população. Como a Biblioteca Central de Macau constitui um empreendimento cultural importante do Governo da RAEM, o projecto da construção do seu novo edifício será implementado de acordo com um planeamento rigoroso. O Festival Internacional de Música de Macau e o Festival de Artes de Macau, enquanto eventos culturais de prestígio da Região, procurarão enriquecer o seu conteúdo e aumentar o seu nível com base na experiência já adquirida e serão envidados esforços para assegurar uma boa gestão do Conservatório de Macau, enquanto base importante da formação de talentos artísticos. Para aumentar o nível qualitativo de actuação da Orquestra de Macau e da Orquestra Chinesa de Macau e tendo em vista melhorar a sua imagem nas acções de intercâmbio com o exterior, articular-se-ão esforços conjuntos na preparação de quadros qualificados e na divulgação da educação artística. Prestar-se-ão mais apoios e serviços às associações culturais locais, mobilizando a sua iniciativa para a realização de actividades

culturais de alto nível e serão incentivadas e apoiadas a investigação histórica e a criação artística, de modo a permitir um espaço de desenvolvimento alargado à cultura e aos artistas locais.

Estudar-se-ão profundamente as estratégias adequadas às características de Macau, focando o esforço no desenvolvimento das indústrias culturais e serão aplicadas, como referência a experiência de outros locais e congregada a sabedoria colectiva. Recorrendo à iniciativa e às vantagens do sector privado, projectar-se-á a instalação de equipamentos, instituir-se-á o berço de formação das indústrias culturais e dos mecanismos catalisadores do seu crescimento, com vista a encontrar um caminho para o seu desenvolvimento. Dado que os recursos humanos são fundamentais na evolução das indústrias culturais, será estudada a criação de um mecanismo de formação, a longo prazo, para preparar os profissionais necessários para o crescimento destas indústrias de Macau.

O Governo dará mais importância à investigação e ao estudo da cultura de Macau, fará um bom trabalho na organização da documentação cultural e reforçará a protecção do património cultural tangível e intangível. Fará, ainda, uma recolha de comentários sobre o anteprojecto da nova lei do património cultural no próximo ano. Reforçará o intercâmbio cultural regional e internacional, procurando activamente abrir novos horizontes de cooperação. Irá, também, criar e promover marcas culturais com características de Macau.

No que diz respeito ao aumento da sensibilização dos cidadãos serão desenvolvidas várias actividades educativas, de tempos livres, de educação artística, desenvolvimento desportivo e convívio, generalização dos conhecimentos sobre o Direito, bem como trabalho voluntário prestado pelos jovens. Ir-se-á continuar a incentivar o desenvolvimento da educação contínua em Macau, encorajar os cidadãos a participarem, activamente, na aprendizagem, e divulgar na população o conceito da aprendizagem permanente, no sentido de fomentar o progresso e desenvolvimento globais dos indivíduos e da sociedade.

No processo de construção de uma sociedade harmoniosa, é essencial o reforço da divulgação e da educação assente em valores de civismo e de integridade. Este aspecto relaciona-se com a imagem de Macau enquanto Cidade Turística. Nesse sentido, ir-se-á estimular, em colaboração com os sectores do turismo e de retalho, a integridade profissional e intensificar o combate às acções menos escrupulosas para manter o normal funcionamento do mercado turístico, assegurar os direitos e interesses legais dos visitantes e promover o funcionamento saudável do sector turístico. Em simultâneo, o Governo continuará a desenvolver a formação dos recursos humanos do sector turístico e intensificar outros trabalhos que visam melhorar a qualidade dos serviços turísticos. Será intensificada a divulgação, junto de diversas classes sociais, sobretudo dos jovens, da consciência de bom comportamento, de manutenção dos bons costumes locais no sentido de mostrar ao mundo a imagem de Macau como Cidade Turística de Qualidade.

Além disso, o Governo continuará a promover a política de generalização da prática do desporto e incentivar, através da organização de actividades desportivas diversificadas e do melhoramento das condições das instalações desportivas, os cidadãos a praticarem desporto, além de formar, desde a infância, bons hábitos saudáveis de gostar e participar em actividades desportivas. A realização dos Jogos Olímpicos em Pequim é uma ocasião para divulgar os conhecimentos desportivos, atrair mais jovens à prática do desporto e seleccionar novos talentos. Simultaneamente, os treinos e estágios de preparação para os Jogos Olímpicos de Pequim de equipas estrangeiras em Macau permitirão contactos e intercâmbios entre os agentes desportivos locais e as delegações olímpicas, contribuindo para a elevação do nível desportivo local.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Acabei de mencionar são as linhas governativas e as metas a alcançar na área dos assuntos sociais e cultura para o próximo ano. Espero que, com base no balanço feito por Sua Excelência o Chefe do Executivo a partir das suas experiências governativas, a nossa equipa, no percurso da concretização dos objectivos das acções governativas, possa colocar em prática três opções políticas: previsão e planeamento, auscultação e adopção, decisão política e acção.

- “Previsão e planeamento” significa, no seu essencial, tendo como objectivo fundamental a construção de uma sociedade harmoniosa de Macau e a concretização da melhoria da qualidade de vida da população, fazer a previsão global sobre os diversos problemas resultantes do desenvolvimento e transformação social, avaliar correctamente os diversos efeitos causados pela implementação das diversas políticas e estar preparado para responder, de imediato, a eventuais exigências justas da população. Por isso, pode-se afirmar que o planeamento não se trata apenas de um grande plano, mas das estratégias promotoras, faseadas, dos variados planos práticos e alternativos e, sobretudo, do mecanismo de alerta e tratamento rápido de crises.

- “Auscultação e adopção” implica a defesa do conceito de “servir melhor a população”, a consciência profunda quanto às necessidades da população, a identificação das discrepâncias e dos novos problemas sociais e do esforço necessário para os resolver. As acções da área dos assuntos sociais e cultura caracterizam-se pela aproximação às necessidades da população e, o Governo, deve tomar uma postura de abertura que permita a comunicação e a interacção com os cidadãos, a auscultação das opiniões da população, a realização de consultas mais abrangentes de modo a adoptar as sugestões que beneficiarão a população e o desenvolvimento social a longo prazo. É preciso, ainda, assegurar a concretização dessas sugestões na implementação das políticas do Governo. Assim, a acção governativa poderá ser mais científica e mais transparente, e poderá dissipar eventuais mal-entendidos entre o Governo e a população e obter o apoio mais alargado.

- “Decisão política e acção” exige uma equipa governativa, com base nas linhas orientadoras acima mencionadas, que tome decisões e as concretize com uma atitude séria, categórica e responsável. A falta de iniciativa e a hesitação na tomada de decisões poderão provocar mais problemas, o que dificultará a governação. Por isso, temos de ter confiança em ultrapassar as dificuldades, mas também temos de estar preparados para enfrentar os desafios. Iremos depender da sabedoria e dos esforços da população, aproveitar as oportunidades para prosseguir as políticas com dedicação e seriedade e alcançar os resultados positivos.

Para finalizar, espero que a Assembleia Legislativa e a população continuem, como sempre, a fiscalizar os nossos trabalhos e dar a sua opinião. Espero, também, que os esforços envidados pelos nossos trabalhadores possam obter o vosso reconhecimento, aceitação e estímulo.

A minha apresentação está, assim, concluída.

A todos, muito obrigado.